



POLÍTICAS CULTURAIS NOS MUNICÍPIOS: Cultura e cidadania na cidade do Rio de Janeiro

Luiz Renato Vieira

POLÍTICAS CULTURAIS NOS MUNICÍPIOS: Cultura e cidadania na cidade do Rio de Janeiro

Luiz Renato Vieira¹

¹ Sociólogo, Doutor em Sociologia – Estado e Sociedade (UnB). Consultor Legislativo do Senado Federal – Área de Desporto e Cultura. E-mail: luiz.renato@senado.gov.br

SENADO FEDERAL

DIRETORIA GERAL

Ilana Trombka – Diretora-Geral

SECRETARIA GERAL DA MESA

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho – Secretário Geral

CONSULTORIA LEGISLATIVA

Danilo Augusto Barboza de Aguiar – Consultor-Geral

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Rafael Silveira e Silva – Coordenador

Núcleo de Estudos e Pesquisas
da Consultoria Legislativa



Conforme o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, compete ao Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa elaborar análises e estudos técnicos, promover a publicação de textos para discussão contendo o resultado dos trabalhos, sem prejuízo de outras formas de divulgação, bem como executar e coordenar debates, seminários e eventos técnico-acadêmicos, de forma que todas essas competências, no âmbito do assessoramento legislativo, contribuam para a formulação, implementação e avaliação da legislação e das políticas públicas discutidas no Congresso Nacional.

Contato:

conlegestudos@senado.leg.br

URL: www.senado.leg.br/estudos

ISSN 1983-0645

O conteúdo deste trabalho é de responsabilidade dos autores e não representa posicionamento oficial do Senado Federal.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar este texto:

VIEIRA, L. R. **Políticas Culturais nos Municípios: Cultura e cidadania na cidade do Rio de Janeiro.** Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/ CONLEG/Senado, Setembro/2016 (Texto para Discussão nº 208). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 6 de setembro de 2016.

POLÍTICAS CULTURAIS NOS MUNICÍPIOS: CULTURA E CIDADANIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

RESUMO

O tema da cultura nas cidades ganha destaque em anos de eleições municipais. Em virtude de seu poder mobilizador, as ações do poder público no campo da cultura possuem grande apelo político. Faz-se necessário aprofundar a discussão acerca do papel do Estado no fomento à cultura, sobretudo no que se refere ao incentivo à formação da cidadania e do protagonismo social. O município do Rio de Janeiro se destaca no cenário nacional por sua história e por possuir uma rede densa e estruturada de entidades relacionadas à promoção da cultura local. O objetivo do presente trabalho, portanto, consiste em destacar a relevância das políticas culturais no cenário contemporâneo e, a partir de breve análise de ações desenvolvidas no município do Rio de Janeiro, apresentar alguns temas transversais considerados relevantes para a formulação de políticas públicas de cultura no âmbito municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas culturais; cidadania; fomento à cultura; cultura e identidade; patrimônio cultural; cultura no Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO	1
3	PERSPECTIVAS PARA AS POLÍTICAS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.....	5
3.1.	CENTRO E PERIFERIA: ENFOQUES QUE SE COMPLEMENTAM	6
3.2.	TURISMO E IDENTIDADES LOCAIS	7
3.3.	PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA	8
3.4.	VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL.....	9
3.5.	FOMENTO À CULTURA E A POLÍTICA DE EDITAIS	10
3.6.	PATRIMÔNIO CULTURAL E ÁREAS URBANAS.....	10
3.7.	TEATRO, AUDIOVISUAL E OUTROS TEMAS	12
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13

POLÍTICAS CULTURAIS NOS MUNICÍPIOS: CULTURA E CIDADANIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Luiz Renato Vieira¹

1 INTRODUÇÃO

Com a aproximação das eleições municipais, intensificam-se os debates sobre políticas públicas implementadas no âmbito das cidades, mobilizando gestores públicos e diversos segmentos da sociedade. Trata-se de um momento privilegiado para a reflexão sobre políticas setoriais, tanto no que se refere à avaliação dos programas em andamento quanto à elaboração de novas propostas para os governos municipais.

Nessa perspectiva, o objetivo do presente Texto para Discussão consiste em apresentar elementos que evidenciem a importância do tema das políticas culturais no cenário contemporâneo, ressaltando seus aspectos econômico e de fortalecimento da cidadania. Procuraremos, também, apontar alguns temas transversais que, em nossa avaliação, devem permear o debate sobre a formulação de políticas públicas de cultura no município do Rio de Janeiro. Acreditamos que, dessa forma, abordaremos – ainda que de maneira muito breve e concisa – temáticas de caráter geral que podem suscitar reflexões sobre o tema da cultura em outros contextos e outras cidades.

2 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

A delimitação das políticas culturais como um setor próprio de atuação do Estado, no Brasil, é relativamente recente. Embora haja um histórico de ações, algumas muito consistente e relevantes, desde o início da década de 1930, é a partir dos anos 1980 – no contexto da Redemocratização do País e, sobretudo, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 – que podemos falar em um arcabouço sistemático, orgânico e nacionalmente articulado de ações estatais no setor cultural.

¹ Sociólogo, Doutor em Sociologia – Estado e Sociedade (UnB). Consultor Legislativo do Senado Federal – Área de Desporto e Cultura. E-mail: luiz.renato@senado.gov.br

Nesse sentido, o Brasil integrou-se a uma dinâmica que marcou toda a América Latina no período, caracterizada pelo fim dos regimes ditatoriais e de reformulação do desenho de diversas instâncias estatais a partir de uma nova percepção de política e cidadania.²

Não faremos aqui uma discussão sobre a evolução do conceito de políticas culturais, por desnecessário. Cumpre, no momento, apenas salientar que a concepção referente à atuação do Estado no setor da cultura evoluiu da ideia de que caberia aos órgãos governamentais garantir a todas as camadas da sociedade o acesso à chamada “cultura erudita” para a noção de um Estado que deve, prioritariamente, garantir à sociedade o direito de preservar seus saberes e práticas tradicionais.

Nesse sentido, o conceito de política cultural na atualidade compreende não só a promoção das formas tradicionalmente reconhecidas de cultura, mas também a valorização das identidades locais, as formas de viver e de representar o mundo, incluindo festividades, crenças e rituais tradicionais.

Aquela visão elitista, que orientou a atuação estatal no campo da cultura por décadas no Brasil, foi identificada e debatida por diversos autores:

Durante muito tempo, no Brasil como em outros países, a gestão pública voltou-se quase exclusivamente para as artes eruditas e para a administração de um punhado de instituições (bibliotecas, orquestras e corpos de baile, museus de arte etc.), em geral situadas nas capitais nacionais ou cidades mais importantes, voltadas a um público restrito, normalmente as classes privilegiadas.³

Longo foi o percurso até que se construísse um aparato institucional, sobretudo no âmbito do Governo Federal, capaz de praticar e disseminar para todo o País um conceito de política cultural voltado para a valorização do popular nos campos antropológico, econômico e de fortalecimento da cidadania. Atualmente, com os avanços decorrentes do aperfeiçoamento institucional e do debate acadêmico, predomina uma percepção de que ao Estado cabe o fomento às culturas populares,

² Não faz parte dos objetivos do presente trabalho detalhar o histórico das políticas culturais no Brasil. Para o assunto, entre outros trabalhos, ver CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, RUBIM, Antônio Alvino C.; BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EdUFBA, 2007, e MICELI, Sergio (org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

³ DURAND, José Carlos. *Política cultural e economia da cultura*. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Edições Sesc SP, 2013, p. 148.

sobretudo às manifestações que correm risco de desaparecimento com o acelerado processo de industrialização e de urbanização.

Para esses casos, há, inclusive, um setor específico no campo das políticas culturais, que é aquele que lida com o chamado patrimônio cultural imaterial.⁴

Ademais, é fundamental destacar a dimensão da cultura como direito. O tema tem sido amplamente estudado e há consenso entre juristas e pesquisadores no sentido de que não se pode pensar em cidadania sem evidenciar sua dimensão cultural. Observado o princípio da indivisibilidade dos direitos humanos, segundo o qual não se pode invocar um direito para justificar a violação de outro, o direito à cultura (incluindo o direito à preservação das identidades culturais das comunidades que compõem a sociedade brasileira) é erguido à altura dos demais direitos.

De tal princípio, consignado na *Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas* (ONU), de 1948, e no *Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, de 1966, decorre a constatação de que o direito à participação na vida cultural de uma comunidade precisa ser assegurado pelo Estado, em suas diversas instâncias, por meio de políticas eficazes.⁵

Note-se, também, que o desenvolvimento do setor cultural, ao incorporar essa dimensão cidadã, deu início à construção de todo um aparato institucional voltado para a democratização das instâncias decisórias no campo cultural.⁶

Embora a maior parte das instâncias de participação da sociedade no âmbito do aparato governamental já estivessem propostas na Constituição Federal de 1988, a

⁴ A proteção do patrimônio cultural material e imaterial é obrigação determinada pela Constituição Federal, que estabelece, em seu art. 216, *caput*: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...)”. Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão vinculado ao Ministério da Cultura, incumbem as ações de proteção do patrimônio cultural no Brasil.

⁵ Documentos igualmente relevantes, sobre o tema, são a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* da ONU, de 2001, e a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade e das Expressões Culturais*, da UNESCO, de 2005.

⁶ Um marco no processo de ampliação dos debates sobre o rumo das políticas culturais no Brasil foi a realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura, promovida pelo Ministério da Cultura (MinC), em 2005. Nesse mesmo ano, foi editado o Decreto nº 5.520, de criação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), como parte integrante da estrutura do MinC.

consolidação desses espaços públicos de discussão de políticas culturais se deu a partir da década de 2000.⁷

Atualmente, o setor cultural representa um dos campos mais articulados da sociedade brasileira, incluindo gestores, produtores, artistas e intelectuais. A esse respeito, observa Lia Calabre, uma destacada pesquisadora do tema:

Para a implementação de um processo de gestão pública democrática existem algumas ferramentas disponíveis. No intuito de promover a participação mais efetiva da sociedade no processo decisório, o governo pode realizar fóruns, conferências, plebiscitos, criar câmaras e conselhos ou, ainda, implantar um modelo de orçamento participativo. Tais práticas de gestão devem estar presentes na área da cultura.⁸

Verifica-se, portanto, que, no cenário contemporâneo, a dimensão da cidadania tornou-se um componente fundamental das políticas culturais. E o gestor, ao pensar programas e estratégias no campo, precisa considerar esse aspecto. Cultura e incentivo ao protagonismo social são, atualmente, elementos indissociáveis.

Da mesma forma, destacam-se os aspectos econômicos, cada vez mais enfatizados nos estudos sobre a questão cultural em todo o mundo. De acordo com o Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, divulgado em 2014 pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o PIB da indústria criativa cresceu 69,8% de 2004 a 2013. Esse valor representa quase o dobro do crescimento do PIB brasileiro no mesmo período, que foi de 36,4%. Os empregos formais no setor cultural cresceram 90% no período, enquanto o mercado de trabalho nacional como um todo avançou apenas 56%. Reunindo os setores de cultura, consumo, mídias e tecnologia, esses números demonstram o potencial da indústria criativa em um país com as características do Brasil.

⁷ ROCHA, Enid. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: *20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafio da Seguridade Social*. Brasília: IPEA, 2008.

⁸ CALABRE, Lia. A cultura no âmbito federal: leis, programas e municipalização. In DRUMMOND, Alessandra (Org.). *Cidades e políticas públicas de cultura: diagnóstico, reflexão e proposições*. Belo Horizonte: Artmanagers, 2012, p. 145.

3 PERSPECTIVAS PARA AS POLÍTICAS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

É importante lembrar que estamos tratando de uma região metropolitana que se destaca na hierarquia da rede urbana brasileira tanto em termos de atividades econômicas quanto em relação às grandes desigualdades sociais que apresenta. A ocupação do espaço da cidade, viabilizada por intervenções urbanísticas (que sempre foram de grande expressão no Rio de Janeiro, desde o início do século XX, apoiando-se na associação, comum entre nós, entre reforma urbana e modernidade), não se deu de forma a minimizar as grandes assimetrias em termos de qualidade de vida e de acesso aos bens públicos.

Esse quadro se agrava pela dimensão que a região metropolitana do Rio de Janeiro adquiriu nas últimas décadas. Se, desde os anos 1950, o conjunto dos municípios com mais de 100 mil habitantes têm aumentado sistematicamente sua participação no total da população brasileira, com destaque para os que possuem mais de 500 mil habitantes, o caso da região metropolitana do Rio de Janeiro é paradigmático. De uma população de 6.879.183, em 1970, chegou-se a 11.703.788 em 2010.

O Rio de Janeiro, que há muito se destaca internacionalmente por suas belezas naturais e sua cultura, tem vivido, na perspectiva de seu desenvolvimento urbano, uma conjuntura muito favorável em virtude dos investimentos relacionados aos grandes eventos (Jornada Mundial da Juventude promovida pela Igreja Católica – 2013, Copa do Mundo da FIFA – 2014, Jogos Olímpicos – 2016, entre outros).

Concordamos com os especialistas nos campos das políticas urbanas e desenvolvimento regional que destacam o fato de que é necessário aproveitar a janela de oportunidades que se apresenta para que a cidade dê, efetivamente, um salto em termos de reorganização de sua infraestrutura urbana. É certo que os aperfeiçoamentos que estão sendo realizados contribuirão fortemente para a redução das desigualdades sociais e em termos de acesso aos equipamentos urbanos e à cultura no município e toda a região metropolitana.

Sem a pretensão de apontar soluções ou fórmulas prontas para a gestão de um setor tão complexo como o da cultura em uma das cidades mais ricas em expressões culturais do País, apresentamos, a seguir, alguns tópicos que, em nossa avaliação,

precisam ser considerados no debate com a comunidade envolvida com o tema. São aspectos transversais que podem contribuir para a formação de uma agenda propositiva para o setor.

3.1. CENTRO E PERIFERIA: ENFOQUES QUE SE COMPLEMENTAM

A literatura sobre o tema das políticas públicas de cultura na cidade do Rio de Janeiro destaca o fato de que é necessário definir estratégias diferenciadas de acordo com as regiões que compõem a cidade. Não são raras as iniciativas de políticas culturais que, ao desconsiderarem as peculiaridades socioeconômicas das regiões que compõem um município extenso, populoso e culturalmente complexo com o Rio de Janeiro, perdem em eficiência e em abrangência social.

Enquanto as regiões do Centro e da Zona Sul são dotadas de equipamentos culturais de uso público de forma consolidada e relativamente bem distribuída, o mesmo não ocorre em outras regiões da cidade.

Nas áreas centrais e na Zona Sul, portanto, é necessário fortalecer as ações voltadas para a preservação do patrimônio físico, o que tem sido, de fato, prioridade do Poder Público Municipal, notadamente em função dos grandes eventos esportivos que a cidade sediou nos últimos anos.

Nesse sentido, as ações mais eficazes serão aquelas que busquem ampliar o acesso de toda a população da cidade e de municípios próximos a esse patrimônio e equipamentos urbanos. E isso precisa ser feito por meio da revisão e da ampliação da agenda de eventos culturais, tornando-os cada vez mais convidativos e acessíveis, para que a população possa se apropriar desses espaços e se empenhar na luta por sua preservação e valorização.

Note-se que é preciso destacar a especificidade da região portuária, denominada por alguns como a “periferia central” do Rio de Janeiro. Como se sabe, a região tem recebido, recentemente, muitas intervenções no âmbito do projeto *Porto do Rio*, lançado no início da década de 2000 pela Secretaria Municipal de Urbanismo.⁹

O redesenho urbanístico, acelerado pelo advento dos grandes eventos, tem impactado fortemente a região e áreas próximas da cidade, com resultados considerados

⁹ GUERREIRO, João. Política cultural na região portuária do Rio de Janeiro: novos atores e um novo gestor. V *Seminário Internacional – Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

muito positivos. No âmbito cultural, identificamos uma tendência que precisa se intensificar, pois tem alterado o comportamento da população, fortalecendo o vínculo com os equipamentos urbanos e valorizando as atividades culturais em geral.

Em se tratando da periferia, no sentido em que se utiliza tradicionalmente a expressão, temos um quadro completamente diverso. As reivindicações estão muito mais concentradas na necessidade de equipamentos públicos como cinemas, teatros, espaços para esporte e lazer.

É fundamental, entretanto, que as intervenções urbanísticas estejam conectadas com as comunidades e tenham, entre seus objetivos, o do fortalecimento das identidades locais.

Artistas e agentes culturais dos bairros, portanto, são elementos centrais desse processo de fortalecimento identitário. As medidas concretas a serem adotadas podem variar muito, e devem partir de um criterioso diagnóstico inicial, identificando projetos já implementados e em andamento e os impactos obtidos junto às comunidades.

3.2. TURISMO E IDENTIDADES LOCAIS

Nesse sentido, um olhar diferenciado e sensível do gestor pode revelar (e, de fato, tem revelado) oportunidades onde, normalmente, são vistos apenas problemas. Perceber nos bairros e nas comunidades ou favelas cariocas localidades com cultura pujante e fortes laços identitários tem permitido identificar muitas possibilidades de alavancagem da economia local. Esse processo, de fato, vem ocorrendo por meio de programas da Secretaria Municipal de Cultura, que tem perseguido o objetivo de valorizar as culturas e identidades locais:

Destacam-se o resgate da história e tradição dos bairros; a ampliação da rede de equipamentos culturais; a recuperação de patrimônio degradado; o incentivo às expressões artísticas locais; a implementação de projetos da SMC (Secretaria Municipal de Cultura), principalmente as lonas culturais.¹⁰

O movimento de valorização das culturas produzidas nas favelas inscreve-se nesse contexto, e uma série de iniciativas com importantes impactos sociais, culturais e políticos têm ocorrido nos últimos anos.

¹⁰ MONIZ, Raquel. Considerações sobre as políticas públicas de cultura na cidade do Rio de Janeiro. Anais do XI ENANPEFE, 2015, p. 4106.

À diferença do que ocorria até então, a percepção das favelas como áreas concentradoras de pobreza, identificadas com a violência, passou a ensejar projetos sociais e investimentos em obras de infraestrutura e contenção de encostas, além da construção de creches, escolas, postos de saúde e áreas de lazer. Os atuais investimentos em memórias de favelas inscrevem-se também nesse processo. À medida em que vão deixando de ser descartáveis, erradicáveis, conquistando um direito à posteridade, as favelas vão igualmente conquistando o direito às suas memórias.¹¹

Essa mudança de mentalidade e de atitudes, além de sua relevância em termos de possibilidades de redução da exclusão e do resgate de uma dívida histórica com parte significativa da população carioca, oportuniza toda uma gama de ações com consequências econômicas. Valorizar a dimensão cultural das comunidades e sua contribuição na formação histórica do Rio de Janeiro abre uma série de possibilidades relacionadas ao turismo e a outros setores da vida econômica e cultural. Aliadas a ações de fomento à economia local como microcrédito e qualificação profissional da comunidade local, as medidas de valorização das culturas das comunidades geram benefícios que podem ir muito além dos limites geográficos da localidade.

3.3. PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA

Há décadas, notadamente desde os anos 1980, tem-se percebido que o cenário fiscal leva o Estado a enfrentar grandes desafios. Diante das inexoráveis restrições orçamentárias, as parcerias com o setor privado se apresentam como a alternativa mais viável para diversos setores de atuação estatal. Os instrumentos jurídicos e regulatórios, de uma forma geral, têm-se aperfeiçoado e as possibilidades existem, ainda que seja necessário implementar muitos aperfeiçoamentos para dar maior agilidade à Administração Pública.

Se ao Estado cabe fornecer os incentivos fiscais necessários ao desenvolvimento de setores da atividade cultural menos propensos ao lucro, é fundamental que os gestores sejam capazes de identificar as oportunidades de investimentos mistos, possibilitando o investimento de empresas privadas interessadas em incluir ações dessa natureza em seus planos de *marketing*.

¹¹ GRZYNSZPAN, Mário e PANDOLFI, Dulce Chaves. Memórias de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 74.

No cenário contemporâneo, portanto, da mesma forma que em outros setores de atuação do Estado, no âmbito cultural não há como construir políticas públicas que não tenham, em sua concepção, a possibilidade de interação com o setor privado, buscando a convergência de interesses para o desenvolvimento das comunidades e a redução das mazelas sociais.

3.4. VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL

Há, atualmente, consenso em torno da ideia de que um dos maiores patrimônios de que um país pode dispor é sua diversidade cultural. Por essa razão, não há como pensar em políticas setoriais (nos campos da música, artes cênicas, artes plásticas, literatura ou qualquer outro) sem que a dimensão da diversidade seja colocada.

Por todo o Brasil, começaram a florescer iniciativas de valorização dos traços locais e de mobilização das comunidades pela preservação de seu patrimônio material e imaterial. A cultura passou a gerar postos de trabalho num ritmo cada vez mais acelerado. Embora ainda não se possa falar da existência de mercados consolidados, grandes foram os avanços nesse sentido. O êxodo compulsório de profissionais da cultura diminuiu consideravelmente em várias capitais e mesmo algumas cidades do interior experimentam novos tempos, em que se torna possível a um artista, produtor ou gestor desenvolver seu trabalho sem a necessidade de afirmação prévia em um grande centro.¹²

Quando se pensa em termos de desenvolvimento cultural de uma cidade, a valorização da diversidade converge com o reconhecimento da importância da territorialização.

Há, no Rio de Janeiro, uma série de iniciativas em andamento que levam em consideração esses princípios. Trata-se de um conceito que deve perpetrar todas as iniciativas públicas e privadas no setor cultural. Reafirma-se, assim, o valor ético e pedagógico da cultura, ao contribuir para a construção de uma sociedade que respeita as diferenças e reconhece, no outro, um sujeito de direitos.

¹² AVELAR, Rômulo. Planejamento e ação coletiva. In DRUMMOND, Alessandra (Org.). *Cidades e políticas públicas de cultura: diagnóstico, reflexão e proposições*. Belo Horizonte: Artmanagers, 2012, p. 197.

3.5. FOMENTO À CULTURA E A POLÍTICA DE EDITAIS

A exemplo do que se tem feito, desde o início da década de 2000 no âmbito do Governo Federal, a Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro adotou o modelo de editais como importante mecanismo de financiamento à produção cultural.

Tendo em vista o fato de o histórico da relação Estado-sociedade, no Brasil, ser marcado pelo clientelismo, pelo patrimonialismo e pela má-gestão dos dinheiros públicos, os editais têm-se revelado uma das formas mais eficientes de repasse de recursos públicos. Ao substituir a política de entrega de recursos “de balcão” (que, regra geral, configuram abuso da discricionariedade do agente público no setor), a política de editais, quando garantida a transparência necessária nos processos seletivos, assegura a lisura e fortalece os vínculos entre o órgão estatal e a comunidade atendida.¹³

Os editais, além disso, permitem a indução de iniciativas em setores específicos ou propondo enfoques temáticos, de acordo com as escolhas estratégicas do gestor público. No caso do Rio de Janeiro, registra-se a experiência exitosa dos editais, como os da Rede Carioca de Pontos de Cultura. Essa seleção foi promovida pela Secretaria Municipal de Cultura, em consonância e articulação com o programa similar do Ministério da Cultura.

Em experiências dessa natureza, em todo o País, o gestor público tem optado por priorizar segmentos sociais, culturais ou, ainda, promovendo setores culturais que necessitem de atenção específica ou estabelecendo cotas territoriais.

Trata-se de uma metodologia que, pela eficiência, economicidade e por seu caráter republicano, deve ser aprofundada e reproduzida em outras iniciativas de fomento no campo cultural.

3.6. PATRIMÔNIO CULTURAL E ÁREAS URBANAS

Vive-se, no Rio de Janeiro, um momento de grande efervescência no que se refere à conscientização acerca da necessidade de preservação do patrimônio cultural da cidade.¹⁴ Um dos fatores que mais contribuiram para essa atmosfera de valorização do patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade é o conjunto de intervenções na região

¹³ BARON, Lia. A territorialização das políticas públicas de cultura. *Z Cultural – Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea*. Rio de Janeiro, 2016.

¹⁴ GUIMARÃES, Roberta Sampaio. O patrimônio cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, n. 57, jan./abr., 2016.

portuária. Essa área do Rio de Janeiro tem recebido grande aporte de recursos públicos, principalmente em função da realização dos Jogos Olímpicos de 2016.

As obras envolveram complexas discussões e negociações acerca da captação de recursos e da revisão do uso do solo urbano, e, apesar das tensões criadas e de questões ainda pendentes, não há dúvida de que, nos últimos quinze anos (o projeto *Porto do Rio* foi lançado pela Secretaria Municipal de Urbanismo em 2001), foram obtidos resultados surpreendentes.

Trata-se de experiência que precisa ser aprofundada e ampliada para outras regiões degradadas da cidade. Ampliar as ações de preservação e revalorização do patrimônio urbanístico, assegurando direitos da população à cultura e valorizando as comunidades e identidades locais, é um desafio que precisa ser enfrentado. E isso só é possível a partir do empoderamento das comunidades e do fortalecimento da interlocução dos órgãos do Poder Público com a sociedade.

Nesse contexto, destacam-se as ações promovidas pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), inclusive as empreendidas em parceria com outras entidades, como o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Uma dessas iniciativas resultou no projeto de restauro do palacete Linneo de Paula Machado, que sediará um polo de produção cultural.

A discussão com os setores envolvidos com o tema do patrimônio arquitetônico e urbanístico é urgente e necessária. A preservação das antigas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) é tema relevante e a definição de estratégias e prioridades deve passar pela interlocução dos órgãos públicos responsáveis com a comunidade acadêmica e com as entidades que representam os setores envolvidos.

Esse é um debate que, diferentemente do que muitos pensam, deve envolver todas as regiões da cidade. Há iniciativas que merecem ser valorizadas e tomadas como exemplo, como o projeto *Rolé Carioca*, promovido por professores da Universidade Estácio de Sá. A proposta consiste em realizar passeios por diversos bairros, colocando em contato pesquisadores e comunidade para a divulgação da história pouco conhecida dos espaços públicos dos bairros, contribuindo para a conscientização sobre a necessidade de preservação da identidade cultural e do patrimônio histórico.

Alternativas dessa natureza, realizadas a custo baixíssimo, podem mobilizar a sociedade e produzir efeitos importantes. Uma política cultural consistente e sustentável não pode deixar de reconhecer esses exemplos e tomar como referência para futuras ações.

3.7. TEATRO, AUDIOVISUAL E OUTROS TEMAS

A diversidade cultural e a densidade com que se produz cultura no Rio de Janeiro dificulta qualquer tipo de análise da natureza que aqui buscamos realizar. Experiências de fomento como o prêmio *Favela Criativa*, da Secretaria Municipal de Cultura, têm seguido o caminho que julgamos mais adequado para o incentivo à atividade cultural em um ambiente diversificado: cria condições para que as comunidades escolham as manifestações e os grupos que pretendem priorizar. Os efeitos são extremamente benéficos, tanto do ponto de vista cultural quanto no aspecto da inclusão social. E ainda reforçam o protagonismo das comunidades, uma vez que participam das escolhas dos temas a serem enfatizados no projeto.

O teatro tem sido um dos setores mais incentivados em ações dessa natureza. Um bom exemplo é o trabalho realizado pela companhia Morro dos Cabritos, que recentemente produziu os espetáculos *No Passinho dos Tabajaras*, apresentado no Teatro João Caetano, e o musical *Anjos do Calçadão*, exibido na Sala Paulo Ponte.

O tema do audiovisual é um dos mais importantes no que concerne às políticas públicas de cultura no Rio de Janeiro. Por um lado, trata-se de uma das indústrias que mais movimentam recursos entre aquelas que participam da economia criativa. Por outro, por tratar-se de um segmento em que seus agentes encontram-se mobilizados e articulados com o Poder Público municipal, estadual e federal. O marco legal relacionado à produção cinematográfica é um dos mais avançados.

A elaboração de propostas referentes à temática não pode prescindir do diálogo com os setores envolvidos, e deve partir de uma avaliação cuidadosa dos resultados obtidos a partir da criação do Polo Rio Cine & Vídeo e a criação da RioFilme – Empresa Distribuidora de Filmes S.A., até o quadro atual.

É necessário priorizar o debate sobre a o audiovisual no Brasil. De acordo com estudo divulgado publicado pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE), de 2015, entre 2007 e 2013, o valor gerado pelo setor teve aumento de 65,8%, representando uma expansão de 8,8% ao ano. Em 2013, as atividades econômicas do audiovisual geraram uma renda de 22,2 bilhões de reais, contra 8,7 bilhões em 2001.

Outro aspecto que deve ser ressaltado consiste nos benefícios advindos da transversalidade das políticas públicas. A integração das diversas áreas de atuação do

Poder Público, quando elaborada em sintonia com os interesses e a participação das comunidades, potencializa os efeitos das iniciativas governamentais.

Um exemplo de iniciativa dessa natureza foi a *Maratona da Cidade do Rio de Janeiro*, realizada em junho de 2016. A corrida foi planejada de forma a valorizar pontos culturais relevantes do Rio (Praça Tim Maia, Praia da Reserva e Aterro do Flamengo). E, nesses locais, os participantes da maratona tiveram a oportunidade de vivenciar experiências culturais interessantes, como a apresentação realizada pelos jovens da *ONG Ação pela Música*, que executaram peças de Vivaldi, Bach, Tom Jobim, Pixinguinha e Sivuca.

Nesse sentido, conhecer as ações culturais espontaneamente desenvolvidas pelas comunidades é a primeira e mais importante etapa de todos os processos de formulação de políticas culturais. Gestão pública da cultura precisa ser vista, sobretudo, como o incentivo sistemático, transparente e perene a ações culturais lastreadas nas tradições e nas práticas comunitárias.

Dessa forma, em uma cidade como o Rio de Janeiro, há inúmeras tradições locais que precisam ser incentivadas, como os saraus promovidos por coletivos culturais por toda a cidade. Ao tempo em que divulgam a literatura e incentivam os jovens à leitura, promovem a ocupação dos equipamentos públicos, o que concorre para sua preservação. Ressalte-se, nesse campo, a realização do *1º Circuito Carioca de Saraus*, realizado em maio deste ano pelo coletivo *Poesia Viral* e outras entidades do gênero.

O quadro de restrição orçamentária limita sobremaneira a ação do gestor público, é verdade. Entretanto, a experiência tem demonstrado que, com criatividade e espírito cooperativo, muitas soluções de baixo custo e alta efetividade podem ser encontradas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirmamos inicialmente, o objetivo do presente trabalho não consistiu em apresentar sugestões pontuais para as iniciativas do município do Rio de Janeiro no campo cultural. Buscou-se, antes, a análise de um corpo conceitual que permitisse uma leitura mais crítica e abalizada do tema. Em seguida, apresentamos um conjunto de aspectos que, segundo entendemos, permeiam todo o debate sobre o desenvolvimento cultural de uma cidade.

Nos limites do escopo definido para este ensaio, procuramos destacar a importância de uma política cultural que transcenda os formatos tradicionalmente atribuídos a esse setor da atuação estatal: em um país com características como as do Brasil é necessário pensar a cultura e as políticas culturais como espaços onde se manifestam as desigualdades e tensões sociais. Dessa forma, fortalecer o protagonismo popular por meio da valorização das formas tradicionais de cultura é ir muito além da salvar do desaparecimento formas peculiares, locais e “exóticas” das manifestações culturais. É fortalecer identidades e valorizar o protagonismo social, o que se reflete na participação política, na cidadania e, conseqüentemente, na redução das assimetrias sociais.

Em um contexto de mundialização da cultura e de ampliação das possibilidades tecnológicas de comunicação a um nível jamais imaginado, temas como esses adquirem enorme importância.

Este trabalho procurou, por fim, destacar princípios para uma discussão com os representantes do setor cultural carioca, ressaltando que a intenção de debater princípios, e não ações ou programas específicos.

O debate contemporâneo sobre cidadania e garantia de direitos precisa, portanto, considerar o tema da cultura, ferramenta privilegiada de interlocução dos órgãos governamentais com a sociedade e de criação de protagonismo social.

Missão da Consultoria Legislativa

Prestar consultoria e assessoramento especializados ao Senado Federal e ao Congresso Nacional, com o objetivo de contribuir com o aprimoramento da atividade legislativa e parlamentar, em benefício da sociedade brasileira.



Núcleo de Estudos
e Pesquisas

Consultoria
Legislativa

